



**Demonstrações financeiras consolidadas em
31 de dezembro de 2017**

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP**Balancos Patrimoniais****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016****(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

		CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	NE	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
ATIVO					
CIRCULANTE					
Caixa e Equivalentes a Caixa	5	607	246	12.474	40.810
Consumidores	6	-	-	24.317	7.549
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6	-	-	(335)	(235)
Devedores diversos	7	9.708	1.107.327	15.362	1.115.567
Outros créditos	8	-	1	-	1
Estoques	9	-	-	2.811	2.768
Ativo Financeiro - Bens da Concessão	10	-	-	160.931	117.558
Transações com Partes Relacionadas	32	22.818	59.741	-	-
Despesas antecipadas	-	6	-	524	588
Total do ativo circulante		33.139	1.167.315	216.084	1.284.606
NÃO CIRCULANTE					
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO					
Devedores diversos	7	121.649	122.702	127.477	124.463
Outros Créditos	8	-	-	1.182	15.871
Ativo Financeiro - Bens da Concessão	10	-	-	669.984	551.935
Transações com Partes Relacionadas	32	3.211	5.218	-	-
Total do realizável a longo prazo		124.860	127.920	798.643	692.269
INVESTIMENTOS					
IMOBILIZADO	12	42	4	10.686	11.348
INTANGÍVEL	13	-	-	7.107	432
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		979.421	805.944	975.397	839.274
TOTAL DO ATIVO		1.012.560	1.973.259	1.191.481	2.123.880

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Balancos Patrimoniais
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	NE	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
PASSIVO					
CIRCULANTE					
Empréstimos e Financiamentos	15	-	-	2.915	3.481
Fornecedores	16	28	27	7.012	6.209
Tributos e Contribuições Sociais	17	1.787	292.962	8.461	295.310
Obrigações Estimadas	18	219	78	3.413	2.829
Encargos Setoriais	19	-	-	2.512	2.170
Obrigações Sociais e Trabalhistas	21	-	-	1.504	1.254
Outros Credores	21	28	14	396	463
Total do Passivo Circulante		2.062	293.081	26.213	311.716
NÃO CIRCULANTE					
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	14	1.252.877	1.422.416	1.252.877	1.422.416
Empréstimos e Financiamentos	15	-	-	2.125	4.858
Encargos Setoriais	19	-	-	2.851	2.316
Provisões para Contingências	20.a	20	20	7.857	5.697
Provisões com Benefícios Pós-Emprego	20.b	273	583	1.055	653
Outros Credores	21	-	-	141.175	118.975
Transações com Partes Relacionadas	32	1.533.588	2.157.785	1.533.588	2.157.875
Total do Passivo não Circulante		2.786.758	3.580.804	2.941.528	3.712.790
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital realizado	22	973.764	973.764	973.764	973.764
Prejuízos acumulados	22	(2.737.901)	(2.862.669)	(2.737.901)	(2.862.669)
Outros Resultados Abrangentes	22	(12.123)	(11.721)	(12.123)	(11.721)
Total do Patrimônio Líquido		(1.776.260)	(1.900.626)	(1.776.260)	(1.900.626)
TOTAL DO PASSIVO		1.012.560	1.973.259	1.191.481	2.123.880

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Demonstração dos resultados
Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	NE	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		01/01/2017 - 31/12/2017	01/01/2016 - 31/12/2016	01/01/2017 - 31/12/2017	01/01/2016 - 31/12/2016
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	23	-	-	249.321	441.605
CUSTO OPERACIONAL	24	-	-	(122.615)	(64.000)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		-	-	126.706	377.605
DESPESAS OPERACIONAIS	24	(4.290)	(2.659)	(35.975)	(32.280)
LUCRO/PREJUÍZO OPERACIONAL		(4.290)	(2.659)	90.731	345.325
OUTRAS RECEITAS	23	60	1.464.699	913	1.464.699
OUTRAS DESPESAS	22	-	-	-	(8.124)
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS/DESPESAS FINANCEIRAS, EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL E IMPOSTOS		(4.230)	1.462.040	91.644	1.801.900
RESULTADO FINANCEIRO	28	59.533	(75.216)	60.890	(64.840)
RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL/GANHOS EM PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS		88.209	349.963	22.514	118.784
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		143.512	1.736.787	175.048	1.855.844
PROVISÃO PARA A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E IMPOSTO DE RENDA	29	(18.744)	(292.761)	(50.280)	(411.818)
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes		(18.744)	(292.761)	(27.993)	(292.949)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		-	-	(22.287)	(118.869)
RESULTADO LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE		124.768	1.444.026	124.768	1.444.026
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		124.768	1.444.026	124.768	1.444.026
RESULTADO POR AÇÃO	30				
Resultado por ação ordinária - básico		3,807	44,060	3,807	44,060
Resultado por ação ordinária - diluído		3,807	44,060	3,807	44,060
OPERAÇÕES CONTINUADAS					
Resultado por ação ordinária - básico		3,807	44,060	3,807	44,060
Resultado por ação ordinária - diluído		3,807	44,060	3,807	44,060

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Demonstração dos resultados abrangentes
Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	01/01/2017 - 31/12/2017	01/01/2016 - 31/12/2016	01/01/2017 - 31/12/2017	01/01/2016 - 31/12/2016
LUCRO LIQUIDO DO EXERCICIO	124.768	1.444.026	124.768	1.444.026
Resultados Abrangentes	(402)	(169)	(402)	(169)
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-
Ganhos e Perdas Atuariais - Benefício Pós-Emprego	310	(99)	310	(99)
Ganhos e Perdas Atuariais Reflexos - Benefício Pós-Emprego Controlada Celg GT	(712)	(70)	(712)	(70)
Resultado Abrangente do Exercício	124.366	1.443.857	124.366	1.443.857

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Demonstração das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) - Individual
Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	CAPITAL REALIZADO	PREJUÍZOS ACUMULADOS	RESULTADOS ABRANGENTES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Saldos Iniciais em 31 de dezembro de 2015 Apresentados Anteriormente	973.764	(4.309.769)	(11.552)	(3.347.557)
Ajuste do Exercício Anterior - Notas 2.1, 9 e 20	-	3.074	-	3.074
Saldos Iniciais em 31 de dezembro de 2015 Ajustados	973.764	(4.306.695)	(11.552)	(3.344.483)
Lucro Líquido do Exercício	-	1.444.026	-	1.444.026
Ganhos e Perdas Atuariais - Benefício Pós Emprego	-	-	(99)	(99)
Ganhos e Perdas Atuariais Reflexos - Benefício Pós-Emprego Controlada Celg GT	-	-	(70)	(70)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	973.764	(2.862.669)	(11.721)	(1.900.626)

	CAPITAL REALIZADO	PREJUÍZOS ACUMULADOS	RESULTADOS ABRANGENTES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Saldos em 31 de dezembro de 2016	973.764	(2.862.669)	(11.721)	(1.900.626)
Lucro Líquido do Exercício	-	124.768	-	124.768
Ganhos e Perdas Atuariais - Benefício Pós Emprego	-	-	310	310
Ganhos e Perdas Atuariais Reflexos - Benefício Pós-Emprego Controlada Celg GT	-	-	(712)	(712)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	973.764	(2.737.901)	(12.123)	(1.776.260)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Demonstração das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) - Consolidado
Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	CAPITAL REALIZADO	PREJUÍZOS ACUMULADOS	RESULTADOS ABRANGENTES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Saldos Iniciais em 31 de dezembro de 2015 Apresentados Anteriormente	973.764	(4.309.769)	(11.552)	(3.347.557)
Ajuste do Exercício Anterior - Notas 2.1, 9 e 20	-	3.074	-	3.074
Saldos Iniciais em 31 de dezembro de 2015 Ajustados	973.764	(4.306.695)	(11.552)	(3.344.483)
Lucro Líquido do Exercício	-	1.444.026	-	1.444.026
Ganhos e Perdas Atuariais - Benefício Pós Emprego	-	-	(99)	(99)
Ganhos e Perdas Atuariais Reflexos - Benefício Pós-Emprego Controlada Celg GT	-	-	(70)	(70)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	973.764	(2.862.669)	(11.721)	(1.900.626)

	CAPITAL REALIZADO	PREJUÍZOS ACUMULADOS	RESULTADOS ABRANGENTES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Saldos em 31 de dezembro de 2016	973.764	(2.862.669)	(11.721)	(1.900.626)
Lucro Líquido do Exercício	-	124.768	-	124.768
Ganhos e Perdas Atuariais - Benefício Pós Emprego	-	-	310	310
Ganhos e Perdas Atuariais Reflexos - Benefício Pós-Emprego Controlada Celg GT	-	-	(712)	(712)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	973.764	(2.737.901)	(12.123)	(1.776.260)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Demonstração dos fluxos de caixa – Método direto
Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
<u>Recebimentos:</u>				
Recebimentos de Clientes	-	-	92.361	69.627
<u>Pagamentos:</u>				
- Fornecedores	(664)	(574)	(13.110)	(10.516)
- Salários e Encargos	(3.265)	(1.905)	(40.129)	(31.007)
- Outras Desp Operacionais e Administrativas	(297)	(1)	(2.518)	(2.288)
- Tributos	(299.373)	(12)	(323.235)	(30.744)
Resultado Financeiro	39.416	25	42.277	7.587
FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL LÍQUIDO	(264.183)	(2.467)	(244.354)	2.659
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
- Caixa Usado no Imobilizado, Investimentos, Ativo Financeiro e Intangível	-	-	(113.343)	(80.744)
- Devolução de Recursos Estado de Goiás	(793.736)	-	(793.736)	-
- Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital em Controlada	(52.000)	-	-	-
- Devolução de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital em Controlada	-	7.900	-	-
- Recebimento de Dividendos	-	-	5.741	538
- Recebimento de Alienação de Participação Societária	1.104.303	-	1.104.303	-
- Outros	60	-	12.512	(302)
FLUXO DE CAIXA - INVESTIMENTOS LÍQUIDOS	258.627	7.900	215.477	(80.508)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS				
- Outros Resultados Líquidos	263	-	263	-
- Mútuo com Controlada	-	(6.877)	-	-
- Recebimento de Mútuo com Controlada	2.631	-	-	-
- Pagamentos de Serviço da Dívida	-	-	(2.745)	(3.394)
- Recebimento de Mútuo - Anterior Coligada	3.023	-	3.023	49.110
FLUXO DE CAIXA - FINANCIAMENTOS LÍQUIDOS	5.917	(6.877)	541	45.716
CAIXA LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	361	(1.444)	(28.336)	(32.133)
Saldo inicial de Caixa e Equivalentes	246	1.690	40.810	72.943
Saldo final de Caixa e Equivalentes	607	246	12.474	40.810
	361	(1.444)	(28.336)	(32.133)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Demonstração dos valores adicionados
Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

REF.	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
1				
Receita Operacional	-	-	63.186	59.883
Receita de Construção de Ativos Próprios	-	-	99.272	32.056
Provisões/Reversões - Créditos Liquidação Duvidosa	-	-	(100)	(42)
Outros Resultados	60	1.720	111.586	375.862
	<u>60</u>	<u>1.720</u>	<u>273.944</u>	<u>467.759</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
2				
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	-	-	732	-
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	376	398	105.359	41.174
Ajuste ao Valor Recuperável de Ativos	-	-	-	5.986
Outros Custos Operacionais	224	165	7.347	15.874
	<u>600</u>	<u>563</u>	<u>113.438</u>	<u>63.034</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO (1 - 2)				
3	<u>(540)</u>	<u>1.157</u>	<u>160.506</u>	<u>404.725</u>
QUOTAS DE REINTEGRAÇÃO				
4				
Provisões Operacionais	-	20	-	20
Depreciação, amortização e exaustão	3	2	1.437	2.104
	<u>3</u>	<u>22</u>	<u>1.437</u>	<u>2.124</u>
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO (3 - 4)				
5	<u>(543)</u>	<u>1.135</u>	<u>159.069</u>	<u>402.601</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
6				
Receitas Financeiras	67.128	8.679	70.522	21.619
Receitas de Aluguéis e Dividendos	-	-	208	206
Ganhos em Alienação de Participações Societárias	-	1.462.979	-	1.462.979
Resultado da Equivalência Patrimonial	88.209	349.963	22.514	118.784
	<u>155.337</u>	<u>1.821.621</u>	<u>93.244</u>	<u>1.603.588</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5 + 6)				
7	<u>154.794</u>	<u>1.822.756</u>	<u>252.313</u>	<u>2.006.189</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
PESSOAL				
8	<u>3.403</u>	<u>1.927</u>	<u>37.484</u>	<u>33.157</u>
GOVERNO				
9	<u>19.028</u>	<u>292.908</u>	<u>80.673</u>	<u>443.202</u>
FINANCIADORES				
10	<u>7.595</u>	<u>83.895</u>	<u>9.388</u>	<u>85.804</u>
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO				
11	<u>124.768</u>	<u>1.444.026</u>	<u>124.768</u>	<u>1.444.026</u>
TOTAL (8 + 9 + 10 + 11 = 7)				
12	<u>154.794</u>	<u>1.822.756</u>	<u>252.313</u>	<u>2.006.189</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

1.1 Contexto operacional da CELGP

A Companhia Celg de Participações - CELGP detém participação societária na seguinte sociedade, na data-base de 31 de dezembro de 2017:

CONTROLADA	% DE PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA
CELG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A. - CELG GT	100 %

2. Contexto operacional da Controladora CELG GT

A Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. – CELG GT é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Companhia Celg de Participações – CELGP, constituída em 15 de dezembro de 2005, com início das suas operações a partir de 1º de setembro de 2006, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Companhia Energética de Goiás – CELG, determinado pelo Governo Federal conforme a Lei nº. 10.848, de 15 de março de 2004.

A Controlada CELG GT detém junto à ANEEL as seguintes concessões:

Geração	Localidade	Estado	Contrato	Data da concessão	Vencimento	Capacidade instalada (MW)	Capacidade utilizada (MW)
Hidrelétricas:							
São Domingos	Rio São Domingos	GO	62/2000	22/05/1981	24/05/2011	12,000	12,000
Mambai	Rio Corrente	GO	62/2000	17/01/1973	07/07/2015	0,350	0,350
Mosquito	Rio Mosquito	GO	62/2000	25/08/2000	07/07/2015	0,360	0,360
Rochedo	Rio Meia Ponte	GO	02/2016	05/01/2016	05/01/2046	4,000	4,000
						16,710	16,710

São Domingos: Apesar da concessão estar vencida, a CELG GT continua operando a usina por autorização, conforme Portaria nº 352, de 10 de outubro de 2013, do Ministério de Minas e Energia - MME. Em 14 de março de 2008 foi solicitada a renovação da concessão pela administração da CELG GT, estando esta renovação em discussão administrativa junto ao MME, bem como na esfera judicial. O MME, por intermédio da Portaria nº 218, de 15 de maio de 2015, também determinou a promoção do leilão dessa concessão, sendo que a CELG GT conseguiu, por via judicial, retirá-la do certame. O Anexo I da Portaria nº 218 foi alterado pela Portaria nº 300, de 24 de junho de 2015, retirando a Usina de São Domingos da licitação.

Mambai: A CGH Mambai foi extinta em função do seu alagamento para construção da PCH Mambai II. Em função disso, é disponibilizado energia pelo período integral de concessão obtido pela exploração da citada Pequena Central Hidrelétrica Mambai II e de suas eventuais prorrogações, no montante mensal de 203,792 MWh, como contraprestação ao bloco de energia que a CGH Mambai I deixou de produzir mensalmente a partir de sua efetiva paralisação. A forma de pagamento se dá através da entrega dos montantes descritos acima na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Mosquito: A CGH Mosquito está paralisada e o sítio encontra-se em estudo, para implantação do aproveitamento ótimo, em fase de licenciamento ambiental. As Centrais de Geração Hidrelétrica estão dispensadas de concessão, permissão ou autorização, devendo apenas ser comunicado ao órgão regulador o seu funcionamento para fins de registro.

Rochedo: A concessão da Usina Rochedo venceu em 07/07/2015. Contudo, a CELG GT continuou operando a usina por autorização, conforme Portaria nº 254, de 11 de junho de 2015, do Ministério de Minas e Energia - MME, até a data de 04/01/2016. A partir de 05/01/2016 começou a vigorar o Contrato de concessão nº 02/2016, com vencimento em 05/01/2046, para prestação de serviço de geração de energia elétrica em regime de alocação de cotas de garantia física de energia e potência, nos termos do art. 8º da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013.

Transmissão	Localidade	Contrato de concessão	Data da concessão	Vencimento	Capacidade instalada (MVA/MVAr) Subestações	Extensão (km) Linhas de transmissão
Subestações e linhas:						
Rede básica ¹	Goiás	63/2001	07/07/1995	05/12/2042	2.154	725
Rede básica ²	Goiás / Minas Gerais	03/2015	06/03/2015	06/03/2045	-	11
Rede básica ³	Goiás	04/2016	20/01/2016	20/01/2046	300	-
					2.454	736

¹ Concessão composta por 12 subestações de transmissão de 230 kV e 14 linhas de transmissão na tensão de 230 kV.

² Concessão composta pela LT 230 kV Itumbiara - Paranaíba - C2. Em fase pré-operacional.

³ Concessão composta pela SE 500 kV Luziânia - Compensador Estático 500 kV - (-150/+300) Mvar. Em fase pré-operacional.

Em atendimento ao item 6 da ITG 17, evidencia-se abaixo a apresentação das informações previstas no subitem c, do item 6 da ITG 17:

CONTRATO	ATIVIDADE	DIREITOS DE USO	OPÇÃO DE RENOVACÃO	CLASSIFICAÇÃO CONTÁBIL/SOCIETÁRIA
62/2000	Geração	Previstos a exploração até o final da concessão.	1). Não exercido para as Usinas de Rochedo, Mosquito e Mambai; 2). Exercido para a Usina de São Domingos. Em discussão administrativa e judicial.	Classificado como Ativo Imobilizado, cuja remuneração é estipulada pelas respectivas Receitas Anuais de Geração - RAG desta atividade.
02/2016 (a)	Geração	Previstos a exploração até o final da concessão.	Previsto em Contrato.	Classificado como Ativo Financeiro, referente a parcela de investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

CONTRATO	ATIVIDADE	DIREITOS DE USO	OPÇÃO DE RENOVAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO CONTÁBIL/SOCIETÁRIA
63/2001	Transmissão	Previstos a exploração até o final da concessão.	Exercido conforme assinatura do 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão.	Classificado como Ativo Financeiro, referente a parcela de investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão.
03/2015	Transmissão	Previstos a exploração até o final da concessão.	Previsto em Contrato.	Classificado como Ativo Financeiro, referente a parcela de investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão.
04/2016	Transmissão	Previstos a exploração até o final da concessão.	Previsto em Contrato.	Classificado como Ativo Financeiro, referente a parcela de investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão.

(a) A Controlada Celg GT efetuou a reclassificação deste contrato de concessão do Ativo Imobilizado para o Ativo Financeiro no 2º trimestre de 2016, visto o mesmo encontrar-se dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1).

3. Bases de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras individuais, identificadas como “Controladora” e as demonstrações financeiras consolidadas, identificadas como “Consolidado”, foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), que estão em conformidade com as normas IFRS emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para divulgação pelos Conselhos de Administração e Conselho Fiscal em 27 de março de 2018.

3.1. Moeda funcional e de apresentação

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As informações contábeis da controladora e de cada uma de suas controladas, incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, são apresentadas em reais, a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam (“moeda funcional”).

3.2. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis utilizadas pela Controladora e sua Controlada são as seguintes:

a. Procedimentos de Consolidação

A consolidação das Demonstrações Financeiras da Companhia Celg de Participações - CELGP e sua controlada Celg GT foi efetuada de acordo com os princípios de consolidação previstos na Lei nº. 6.404/76 e Instrução CVM 247/96 com as alterações introduzidas pelas Instruções CVM 269/97, 285/98, 464/08 e 469/08, bem como dos dispositivos determinados pela NBC TG 36 – R3 (Demonstrações Consolidadas).

As Demonstrações Financeiras consolidadas foram elaboradas a partir das Demonstrações Financeiras individuais da Celg GT, as quais foram ajustadas conforme a seguir descrito. Na elaboração das Demonstrações Financeiras consolidadas, foram observadas práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira e demais legislações pertinentes, inclusive a fiscal. O sumário dessas principais práticas contábeis, aplicáveis de forma uniforme à empresa incluída no processo de consolidação, está apresentado a seguir:

- a.1. Os valores a receber junto a empresa controlada e sócios estão devidamente suportados por contratos. Nas Demonstrações Financeiras consolidadas, os saldos com a empresa inserida no processo de consolidação foram eliminados.
- a.2. Os investimentos na controlada são demonstrados ao custo e ajustados pelo método de equivalência patrimonial. Nas Demonstrações Financeiras consolidadas os saldos dos investimentos na controlada Celg GT foram eliminados contra o respectivo patrimônio líquido dessa controlada.
- a.3. As Demonstrações Financeiras consolidadas incluem as Demonstrações Financeiras individuais da controlada Celg GT. As informações individuais da controlada Celg GT foram incorporadas ao processo de consolidação da Celgpar na data base de 31 de dezembro de 2017, sendo que esta controlada obedeceu a posição adotada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, no que concerne à não adoção da consolidação proporcional do Investimento Controlado em Conjunto na Energética Corumbá III - ECIII, na Pantanal Transmissão S.A. e na Lago Azul Transmissão S.A., nos moldes da NBC TG 19 – R2 (Negócios em Conjunto).

b. Caixa e equivalentes de Caixa

A Controladora e sua Controlada consideram como disponibilidades o saldo de caixa, depósitos em bancos e aplicações de curto prazo. As aplicações financeiras das mesmas estão demonstradas ao custo acrescido da remuneração contratada, reconhecida até a data das Demonstrações Financeiras.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c. Consumidores, concessionárias e permissionárias

Esses saldos incluem os valores faturados aos consumidores finais e concessionários revendedores, a receita referente à energia consumida e não faturada, uso da rede, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, registrados de acordo com o regime de competência até o encerramento do exercício.

As contas a receber também incluem os valores faturados aos consumidores e concessionários do Serviço Público de Energia Elétrica e usuários da Rede Básica pertencente ao Sistema Interligado Nacional - SIN, conforme contratos realizados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR e ainda, operações realizadas na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, registrados de acordo com o regime de competência até o encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

d. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para a cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber da Controlada. Os critérios de constituição da provisão estão descritos na nota 6.b e 6.c.

e. Estoques

Os materiais em estoque no almoxarifado, classificados no ativo circulante, e os destinados à construção, alocados no imobilizado, estão registrados ao custo médio de aquisição, que não ultrapassa seu valor de mercado.

f. Ativo Financeiro – Bens da Concessão de Transmissão

Refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro, por se tratar de um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente decorrente da aplicação da ITG 01 – Contratos de Concessão e da CTG 05 – Contratos de Concessão. Estão incluídos nesta rubrica o montante ainda não indenizado dos ativos de transmissão vinculados ao Contrato de Concessão 63/2001, que entraram em operação até 31 de maio de 2000, já com a definição, pelo poder concedente, do respectivo valor indenizável – ver Nota Explicativa 10.

g. Investimentos

As participações societárias permanentes são registradas ao custo, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995 e registradas/avaliadas pela equivalência patrimonial em conformidade com a Instrução CVM nº. 247/1996 e NBC TG 18 – R2 (Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto).

Conforme disposto na NBC TG 43 – R1 (Adoção inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 41), as Demonstrações Financeiras individuais de entidades com investimento em controlada ou empreendimento em conjunto avaliado pela equivalência patrimonial estão de acordo com o exigido pela legislação brasileira vigente, sendo o método da equivalência patrimonial o critério adotado pela Controladora.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Por tudo isto, a controladora apresentará suas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, por se tratar de exceção de caráter obrigatório/legal descrita na NBC TG 43 – R1 (Adoção inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 41), não sendo feita a apresentação das Demonstrações Financeiras separadas.

h. Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado vinculados aos contratos de concessão de serviço público são depreciados pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas e revisadas periodicamente pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, as quais são praticadas e aceitas pelo mercado como representativas da vida útil econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão. No entanto, os bens vinculados aos contratos de uso de bem público sob o regime de produtor independente de energia elétrica são depreciados com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, limitados ao prazo da concessão. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil.

A depreciação é calculada sobre os bens do ativo imobilizado em serviço, pelo método linear, tomando por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro – UC, como determina a Resolução Normativa ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, às taxas constantes na tabela anexa à mesma Resolução, as quais refletem a vida útil estimada dos bens.

i. Intangível

Compreendem os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados a manutenção da entidade ou exercidos com tal finalidade. Os ativos intangíveis serão amortizados caso sua vida útil possa ser razoavelmente estimada, caso contrário serão considerados de vida útil indefinida sendo sujeitos ao teste de recuperabilidade econômica.

A amortização é calculada sobre os bens do ativo intangível em serviço, pelo método linear, tomando por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro – UC, como determina a Resolução Normativa ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, às taxas constantes na tabela anexa à mesma Resolução, as quais refletem a vida útil estimada dos bens.

j. Imposto de Renda e Contribuição Social

São calculados com base nas alíquotas efetivas, vigentes na data de elaboração das Demonstrações Financeiras, de imposto de renda e contribuição social.

k. Provisão para Contingências

As provisões para contingências são reconhecidas para obrigações presentes legais resultantes de eventos passados, para os quais seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação na data das Demonstrações Financeiras, considerando-se os riscos e as incertezas relativas à obrigação.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os riscos contingentes, em função da sua natureza, são solucionados apenas quando da ocorrência ou da falta de ocorrência de eventos futuros. A avaliação desses riscos envolve considerações e estimativas significativas relativas ao resultado de eventos futuros, consubstanciados em informações disponibilizadas pelos assessores legais da Celgpar e Controlada. Neste sentido e por conta das orientações da NBC TG 25 – R1 (Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes), as empresas registraram provisões para riscos regulatórios, fiscais, trabalhistas e cíveis.

l. Provisão para Férias

A provisão para férias é calculada com base nos direitos adquiridos pelos empregados até 31 dezembro de 2017 e inclui os correspondentes encargos sociais. Essas provisões estão contabilizadas no grupo de obrigações estimadas.

m. Benefícios a Empregados

A Companhia e sua Controlada são patrocinadoras da Fundação Celg de Seguros e Previdência - ELETRA. Os custos associados ao plano previdenciário são reconhecidos à medida que as contribuições são devidas, observando o regime de competência, observando-se os preceitos da NBC TG 33 – R2 (Benefícios a Empregados). Os custos relacionados à suplementação de aposentadoria e outros benefícios pós-emprego são reconhecidos como obrigações e registrados com base em cálculos atuariais para determinação do valor presente das obrigações, conforme determina a Deliberação CVM nº. 695/2012.

n. Apuração de Resultado

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Celgpar e Controlada, mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber.

A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica (faturada ou não faturada), receitas de construção e ou outras receitas relacionadas a outros serviços prestados pelas empresas.

Conforme critérios estabelecidos pela ITG 01 (Contratos de Concessão), a cada novo investimento em expansão ou melhoria da infraestrutura, a contrapartida das adições ao ativo financeiro em curso (Rede Básica de Transmissão) ou ativo imobilizado em curso (Geração) ocorre o reconhecimento da receita de construção, na proporção dos serviços executados até a data do encerramento das Demonstrações Financeiras, com apuração de margem de lucro nula, para a Controlada Celg GT.

o. Estimativas

A preparação das Demonstrações Financeiras requer que a administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos, assim como as divulgações de passivos contingentes. Apesar disto, possíveis imprecisões

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

peculiares ao processo de sua determinação podem resultar em valores divergentes dos registrados nas Informações quando da liquidação das respectivas transações.

A Celgpar e sua controlada revisam suas estimativas e premissas anualmente ou quando eventos ou perspectivas diferentes exigem o procedimento.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- Transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;
- Provisão para contingências relativas às ações judiciais.

p. Demonstração do Valor Adicionado – DVA

A Demonstração do Valor Adicionado - DVA tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Empresa e sua distribuição durante determinado período é apresentada pela Celgpar, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das Demonstrações Financeiras e seguindo as disposições contidas na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

A DVA, em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia, e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

4. Normas e interpretações novas e revisadas e ainda não adotadas

A Companhia e controlada adotaram todos os pronunciamentos (novos ou revisados) e interpretações emitidas pelo CPC, quando aplicável, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2017. Não foram emitidos novos pronunciamentos além daqueles divulgados nas demonstrações financeiras do exercício de 2017.

A Companhia e controlada adotarão, se aplicável, tais normas quando elas entrarem em vigor, divulgando e reconhecendo os impactos nas demonstrações financeiras que possam ocorrer quando da aplicação de tais adoções. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia e controlada estão mencionadas a seguir. A Companhia e controlada não planejam adotar estas normas de forma antecipada.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

Inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 01.01.2018, com adoção antecipada permitida.

b) IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes

Exige que uma entidade reconheça o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento da receita que existe atualmente em IFRS quando for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 01.01.2018, com adoção antecipada permitida pelas IFRS. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia e controlada estão avaliando os efeitos que a IFRS 15 provocará nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações e ainda não escolheram o método de transição para a nova norma, nem determinaram os efeitos da nova norma nos relatórios financeiros atuais.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e depósitos bancários a vista	3	-	419	130
Aplicações financeiras de curto prazo	604	246	12.055	40.680
TOTAL	607	246	12.474	40.810

Todas as aplicações têm a opção de resgate total ou parcial antecipado e rendimento flutuante, tendo como índice base o CDI, e liquidez a partir de 30 (trinta) dias.

6. Consumidores

CONSUMIDORES	CONSOLIDADO	
	31/12/2017	31/12/2016
CIRCULANTE		
Concessionárias		
- Suprimento	703	866
- Encargos de uso da rede elétrica	21.308	6.493
- Energia Elétrica de Curto Prazo	2.306	156
Total	24.317	7.515
Outras Rendas		
- Outras Rendas	-	34
Total	-	34
TOTAL CIRCULANTE	24.317	7.549

Composição do Contas a Receber:

CONSUMIDORES	CONSOLIDADO					
	31/12/2017					SALDO 31/12/2017
	VINCENDOS	VENCIDOS ATÉ 90 DIAS	VENCIDOS HÁ MAIS DE 90 DIAS	TOTAL 31/12/2017	PROV. P/CRÉD LIQ. DUVID. 31/12/2017	
Concessionárias						
Suprimento	689	3	11	703	-	703
Encargos Uso Rede Elétrica	18.405	2.407	496	21.308	-	21.308
Energia Elétrica de Curto Prazo	580	1.309	417	2.306	-	2.306
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	-	-	(335)	(335)
TOTAL CONCESSIONÁRIOS	19.674	3.719	924	24.317	(335)	23.982
TOTAL DO CIRCULANTE	19.674	3.719	924	24.317	(335)	23.982

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

CONSUMIDORES	31/12/2016					
	VINCENDOS	VENCIDOS ATÉ 90 DIAS	VENCIDOS HÁ MAIS DE 90 DIAS	TOTAL 31/12/2016	PROV. P/CRÉD LIQ. DUVID. 31/12/2016	SALDO 31/12/2016
Concessionárias						
Suprimento	789	26	51	866	-	866
Encargos Uso Rede Elétrica	6.053	121	319	6.493	-	6.493
Energia Elétrica de Curto Prazo	156	-	-	156	-	156
Outras Rendas	34	-	-	34	-	34
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	-	-	(235)	(235)
TOTAL CONCESSIONÁRIOS	7.032	147	370	7.549	(235)	7.314
TOTAL DO CIRCULANTE	7.032	147	370	7.549	(235)	7.314

a. Os valores correspondentes às operações junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE foram registrados levando-se em consideração as informações divulgadas por essa instituição. Nos meses em que essas informações não são disponibilizadas em tempo hábil por esse órgão, os valores são estimados pela Controlada.

b. Movimentação da Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa - PCLD, consolidada no exercício findo em 31 de dezembro de 2017:

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO CIRCULANTE
Saldo em 31 de dezembro de 2016	235
Provisão no exercício	100
Saldo em 31 de dezembro de 2017	335

c. A Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. - Celg GT constitui a provisão para créditos de liquidação duvidosa através de uma análise individual do saldo dos clientes, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais. A PCLD é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Devedores diversos

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	31/12/2017		31/12/2016		31/12/2017		31/12/2016	
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
CRÉDITOS FISCAIS								
IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte	-	-	-	-	6	-	868	-
Saldo Negativo de IRPJ e CSLL	-	-	-	-	-	-	4.106	-
Outras Antecipações	-	-	-	-	190	-	1.364	-
SUBTOTAL	-	-	-	-	196	-	6.338	-
DEMAIS DEVEDORES DIVERSOS								
Empregados	-	-	-	-	64	-	1	-
Celg Distribuição S.A. - Celg D - Mútuo Celgpar (a)	9.708	121.649	3.024	122.702	9.708	121.649	3.024	122.702
Enel Brasil S.A. (b)	-	-	1.104.303	-	-	-	1.104.303	-
Outros	-	-	-	-	5.394	5.828	1.901	1.761
SUBTOTAL	9.708	121.649	1.107.327	122.702	15.166	127.477	1.109.229	124.463
TOTAL GERAL	9.708	121.649	1.107.327	122.702	15.362	127.477	1.115.567	124.463

(a) Contrato particular de mútuo financeiro efetuado entra a Celgpar e a Celg D, no exercício social de 2014, com carência de 3 anos e remunerado à 6,8% a.a.;

(b) Valor a receber da Enel Brasil S.A., objeto da alienação de 49% das ações da Celg D, referente ao leilão destas ocorrido em 30 de novembro de 2016, e liquidação financeira ocorrida em 14 de fevereiro de 2017.

8. Outros créditos

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA				CONSOLIDADO	
	31/12/2017		31/12/2016		31/12/2016	
	CIRCULANTE	CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	-	-	15.539
Depósitos Judiciais e Cauções	-	1	-	1.182	1	332
TOTAL	-	1	-	1.182	1	15.871

9. Estoques

Os estoques são compostos de materiais destinados à manutenção e operação das instalações, bem como de materiais de consumo na administração.

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO	
	31/12/2017	31/12/2016
Estoques	2.811	2.768
TOTAL	2.811	2.768

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Ativo financeiro – Bens da concessão de geração e transmissão

Os bens utilizados na execução dos serviços de construção, operação e manutenção da concessão de geração (Usina Rochedo) e transmissão de energia elétrica, na controlada Celg GT, estão registrados no ativo financeiro em atendimento à ITG 01 e CTG 05 – Contratos de Concessão. Os valores abaixo refletem a situação destes ativos:

ATIVO FINANCEIRO CONTRATO	LOCALIDADE	CONSOLIDADO					
		31/12/2017			31/12/2016		
		CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
Contrato de Concessão nº 063/2001	Transmissão	150.031	558.096	708.127	108.632	495.848	604.480
Portaria MME nº 352/2013	Usina São Domingos	1.721	19.591	21.312	3.352	15.454	18.806
Contrato de Concessão nº 03/2015	LT 230 KV Itumbiara - Paranaíba	2.106	14.313	16.419	596	5.083	5.679
Contrato de Concessão nº 02/2016	Usina Rochedo	4.459	12.008	16.467	4.978	18.229	23.207
Contrato de Concessão nº 04/2016	SE 500 KV Luziânia	2.614	65.976	68.590	-	17.321	17.321
		160.931	669.984	830.915	117.558	551.935	669.493

Abaixo a movimentação do Ativo Financeiro – Bens da Concessão:

ATIVO FINANCEIRO CONTRATO	LOCALIDADE	CONSOLIDADO						
		31/12/2016	Receita Financeira da Concessão	Serviços de Construção ou Melhoria	Serviços de Operação e Manutenção	Recuperações (RAP/RAG) ou Indenização	Laudos RBSE/RPC	Outras Adições e Baixas
Contrato de Concessão nº 063/2001	Transmissão	604.480	65.204	39.949	49.391	(94.118)	37.279	5.942
Portaria MME nº 352/2013	Usina São Domingos	18.806	2.547	-	3.686	(3.686)	-	(41)
Contrato de Concessão nº 03/2015	LT 230 KV Itumbiara - Paranaíba	5.679	841	11.785	-	-	-	(1.886)
Contrato de Concessão nº 02/2016	Usina Rochedo	23.207	1.759	1	2.714	(4.239)	-	(6.975)
Contrato de Concessão nº 04/2016	SE 500 KV Luziânia	17.321	3.435	47.537	-	-	-	297
		669.493	73.786	99.272	55.791	(102.043)	37.279	(2.663)

No contexto da Controlada Celg GT observa-se que no dia 12 de setembro de 2012, foi publicada a Medida Provisória 579/2012 (“MP 579”) que regulamentou a prorrogação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, outorgadas antes da publicação da Lei nº 8.987, de 1995, e alcançadas pela Lei nº 9.074 de 1995. Em 14 de setembro de 2012, foi publicado o Decreto 7.805 que regulamentou a MP 579.

De acordo com a MP 579, as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia, vencidas ou vincendas nos 60 meses subsequentes à publicação da referida MP, tinham a opção de ter o vencimento antecipado para o mês de dezembro de 2012, com prorrogação, a critério do Poder Concedente uma única vez pelo prazo de até 30 anos, entretanto, para a atividade de transmissão, a prorrogação dependeria da aceitação expressa, dentre outras, das seguintes e principais condições: i) receita fixada conforme critérios estabelecidos pela ANEEL; ii) valores estabelecidos pela indenização dos ativos; e iii) submissão aos padrões de qualidade do serviço fixados pela ANEEL.

Através das Resoluções Normativas 589 e 596, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, para fins de indenização, definiu os critérios para cálculo do Valor Novo de Reposição (VNR) para os ativos de transmissão existentes em 31 de maio de 2000 ainda não depreciados (RBSE) e os critérios e procedimentos para cálculo da parcela dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, de aproveitamentos hidrelétricos, cujas concessões foram prorrogadas ou não, nos termos da Lei nº 12.783, critérios estes aplicáveis, por sua vez à Controlada Celg GT.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

De acordo com a Resolução Normativa 589, de 10 de dezembro de 2013, foi apresentado à ANEEL o laudo de avaliação dos ativos de transmissão de energia elétrica existentes em 31 de maio de 2000 ("Laudo de Avaliação"), para fins do processo de indenização das instalações da denominada Rede Básica do Sistema Existente – RBSE ("RBSE") prevista no Artigo 15, § 2º da Lei 12.783/2013. Em 31 de julho de 2015, a Controlada Celg GT protocolou na ANEEL o Laudo de Avaliação dos Ativos elaborado por empresa independente credenciada pela agência reguladora, relativo aos bens existentes em 31 de maio de 2000, cujo montante pleiteado para efeitos de reconhecimento totalizava R\$ 254.376. Em 07 de junho de 2016, através do Despacho nº 1.505, foi homologado pela ANEEL o montante de R\$ 227.104, relativo às instalações da RBSE.

O valor contábil, até então mantido pelo custo histórico, dos gastos relacionados aos investimentos, ampliações e/ou melhorias nos ativos da RBSE, referente à concessão prorrogada de transmissão perfaziam R\$ 138.498, na data base de 31.12.2012, devidamente escriturados na Controlada Celg GT.

Em 20 de abril de 2016, o Ministério das Minas e Energia - MME publicou a Portaria nº 120 que regulamentou as condições de recebimento das indenizações relativas aos ativos de transmissão de energia elétrica existentes em 31 de maio de 2000, denominados RBSE e demais Instalações de Transmissão – RPC ("RPC"), não depreciados e não amortizados, conforme parágrafo segundo do artigo 15 da Lei 12.783/2013.

São abrangidos pela Portaria os ativos reversíveis que não estavam depreciados até 31 de dezembro de 2012, quando a Controlada Celg GT teve antecipado o vencimento do Contrato de Concessão nº 063/2001, nos termos da Lei nº 12.783/2013 (conversão da MP 579/12).

A remuneração desses ativos se dará pela seguinte forma:

- Pelo custo do capital correspondente aos ativos, composto por remuneração e depreciação acrescidos dos devidos tributos a partir do processo tarifário de 2017, sendo que a remuneração será dada através do Custo Médio Ponderado de Capital e a depreciação será paga em função da vida útil de cada ativo incorporado à Base de Remuneração Regulatória;
- O custo de capital não incorporado desde as prorrogações das concessões até o processo tarifário será atualizado e remunerado pelo custo de capital próprio. A partir do processo tarifário de 2017 o custo de capital será remunerado pelo Custo Médio Ponderado de Capital pelo prazo de oito anos;
- Para as empresas que ainda não tiveram os valores homologados foi considerado como melhor estimativa da Administração o laudo de fiscalização emitido pela ANEEL.

A referida Portaria cita que os valores devidos vão compor a base de remuneração regulatória da Controlada Celg GT, ou seja, serão repassados às tarifas de energia dos consumidores e que isso será iniciado a partir do processo tarifário de 2017. Além de remunerar os ativos, a Portaria também estabelece que o custo de capital incorrido pela Controlada Celg GT possa ser incluído nos referidos valores.

Em 31 de dezembro de 2017, a Controlada Celg GT efetuou sua estimativa dos valores atualizados até essa data, conforme Nota Técnica nº 336/2016-SGT/ANEEL, reconhecendo contabilmente o devido ajuste nos Ativos Financeiros da Concessão de Transmissão.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Investimentos

INVESTIMENTOS	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Participação na Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. - Celg GT	802.517	678.018	-	-
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital na Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. - Celg GT	52.000	-	-	-
Participações Societárias Permanentes (c)	2	2	51	46
Energética Corumbá III S/A - ECIII (a)	-	-	63.157	63.588
Energética Fazenda Velha (b)	-	-	4.524	4.537
SPE Pantanal Transmissão S.A. (d)	-	-	34.061	29.201
SPE Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A. (d)	-	-	37.704	18.780
SPE Lago Azul Transmissão S.A. (e)	-	-	20.005	19.271
Firminópolis Transmissão S.A. (f)	-	-	(541)	(198)
TOTAL	854.519	678.020	158.961	135.225

(a) A Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. - Celg GT controla de forma conjunta o Consórcio Empreendedor Corumbá III, que tem por objeto a implantação, operação, manutenção e exploração comercial da Usina Hidrelétrica Corumbá III na qualidade Produtores Independentes de Energia. A usina encontra-se em operação comercial desde 24 de outubro de 2009, com capacidade instalada de 93,6 MW. Abaixo a distribuição do quadro societário deste Consórcio:

Acionistas - Energética Corumbá III ECIII	Participação
CELG Geração e Transmissão S.A. - CELG GT	37,5%
Strata Construtora e Concessionária Integradas S.A.	6,5%
Geração CIII S.A.	15,6%
Energy Power Ltda.	2,9%
CEB - Companhia Energética de Brasília	37,5%
	100,0%

(b) Valor referente à participação e aportes para futuro aumento de capital, efetuados pela Controlada Celg GT, na Energética Fazenda Velha, situada no município de Jataí – Estado de Goiás, que entrou em operação comercial em 11 de maio de 2016. Abaixo a distribuição do quadro societário desse Empreendimento:

Empreendimento	Acionistas	Participação
Energética Fazenda Velha S.A.	CELG Geração e Transmissão S.A. - CELG GT	20,0%
	Construtora Vilela e Carvalho Ltda.	26,7%
	CCN - Construções e Comércio Ltda.	26,7%
	Luana - Administração & Participações Ltda.	26,6%
TOTAL		100,0%

A Energética Fazenda Velha registrou em seu Balancete Patrimonial de 31 de janeiro de 2016, ajustes do exercício anterior encerrado em 31.12.2015, determinados pelos seus Auditores Independentes, no valor negativo de R\$162, acarretando a reapresentação retrospectiva do Balanço Patrimonial e Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido da Celgpar, em 31 de dezembro de 2016.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(c) Trata-se de integralização de capital, efetuada pela Controladora e pela Controlada Celg GT, referente à participação na Cooperativa de Crédito dos Empregados da Celg (SICOOB JURISCREDCELG).

(d) SPE referentes ao Leilão ANEEL nº. 02/2013, correspondendo aos empreendimentos dos Lotes abaixo relacionados, tendo sido constituídas, em agosto de 2013, as seguintes Sociedades de Propósito Específico (SPE): Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A. (Lote B - 10% de participação) e Pantanal Transmissão S.A. (Lote F - 49% de participação):

– **LOTE B:**

LT 500 kV Brasília Leste - Luziânia – DF/GO - C1 e C2, em construção;

SE Brasília Leste 500/138 kV - (6+1)X180MVA, em construção;

LT 230 kV Brasília Geral - Brasília Sul - C3 (subterrânea), em operação comercial desde o dia 24 de abril de 2017;

LT 345 kV Brasília Sul - Samambaia - C3, em operação comercial desde o dia 06 de maio de 2016.

– **LOTE F:** SE Campo Grande II 230/138 kV, 2x150 MVA – MS, em operação comercial desde o dia 08 de junho de 2016.

A Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A. alterou seu Balanço Patrimonial de 31 de dezembro de 2015, após a Controlada Celg GT ter registrado a Equivalência Patrimonial, fundamentada em informações oficiais encaminhadas por essa investida, quando da autorização para a divulgação das Demonstrações Financeiras da Controlada Celg GT. Dessa forma, foi reconhecido ajuste do exercício anterior encerrado em 31.12.2015, no valor positivo de R\$1.819, acarretando a reapresentação retrospectiva do Balanço Patrimonial e Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido da Celgpar, em 31 de dezembro de 2016.

Abaixo a distribuição do quadro societário destes dois empreendimentos, com a participação da Controlada Celg GT:

<u>Empreendimento</u>	<u>Acionistas</u>	<u>Participação</u>
Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A.	CELG Geração e Transmissão S.A. - CELG GT	10,0%
	Fundo de Investimentos em Participações Caixa-Milão	51,0%
	Furnas Centrais Elétricas S.A.	39,0%
Total		100,0%
<u>Empreendimento</u>	<u>Acionistas</u>	<u>Participação</u>
Pantanal Transmissão S.A.	CELG Geração e Transmissão S.A. - CELG GT	49,0%
	CEL Engenharia Ltda.	51,0%
Total		100,0%

(e) SPE referente ao Leilão ANEEL nº. 07/2013, correspondendo ao empreendimento do Lote abaixo relacionado, tendo sido constituído a Sociedade de Propósito Específico (SPE) Lago Azul Transmissão S.A., em operação comercial desde o dia 19 de setembro de 2016:

- **LOTE D:** LT 230 kV Barro Alto – Itapaci – GO, C2.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Abaixo a distribuição do quadro societário desse empreendimento, com a participação da Controlada Celg GT:

Empreendimento	Acionistas	Participação
Lago Azul Transmissão S.A.	CELG Geração e Transmissão S.A. - CELG GT	50,1%
	Furnas Centrais Elétricas S.A.	49,9%
Total		100,0%

(f) SPE Firminópolis Transmissão S.A.:

A Controlada Celg GT participou do Leilão ANEEL nº. 05/2015, tendo vencido o Lote L, para a construção de subestações e linhas de transmissão da Rede Básica, referente à LT 230 kV Trindade – Firminópolis. Para a implantação e exploração desse empreendimento foi constituída, em fevereiro de 2016, a SPE Firminópolis Transmissão S.A., em fase pré-operacional na data base de 31 de dezembro de 2017, sendo a participação da Controlada Celg GT de 49% (quarenta e nove) por cento do capital social.

11.1. Investimentos Diretos em Controlada

As principais informações sobre os investimentos em Controlada são apresentadas a seguir:

DESCRIÇÃO	INVESTIMENTO DA CELGP NA	
	CONTROLADA	
	CELG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A. CELG GT	
	31/12/2017	31/12/2016
Capital Social da Controlada	378.325	378.325
Quantidade de Ações	329.725	329.725
Percentual da Participação Societária	100%	100%
Patrimônio Líquido da Controlada - Apresentado Anteriormente	678.018	377.663
Ajuste de Exercício Anterior no Patrimônio Líquido da Controlada	-	3.074
Patrimônio Líquido da Controlada - Após Ajuste de Exercício Anterior	678.018	380.737
Investimento antes da Equivalência Patrimonial	678.018	380.737
Aumento de Capital na Controlada	57.952	112.819
Outros Resultados Abrangentes	(712)	(70)
Resultado da Equivalência Patrimonial na Controlada	88.209	242.484
Dividendos mínimos obrigatórios - Controlada	(20.950)	(57.952)
Valor Patrimonial do Investimento na Controlada	<u>802.517</u>	<u>678.018</u>

12. Imobilizado

Os bens do Ativo Imobilizado são registrados ao custo de aquisição ou construção e deduzidos da depreciação acumulada.

A depreciação é calculada sobre os bens do ativo imobilizado em serviço, sendo que as principais taxas de depreciação, por macroatividade, estão discriminadas na Resolução nº 674, de 11 de agosto de 2015. O valor recuperável desses ativos, estimado com base no valor em uso calculado

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

pelos fluxos de caixa futuros, superou o seu valor contábil, portanto não houve perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA				
	31/12/2017				31/12/2016
	CUSTO	TAXAS ANUAIS MÉDIAS DEPREC.	DEPRECIACÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO	VALOR LÍQUIDO
Em serviço:					
Móveis e Utensílios	59	10,00%	(17)	42	4
TOTAL	59		(17)	42	4

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO				
	31/12/2017				31/12/2016
	CUSTO	TAXAS ANUAIS MÉDIAS DEPREC.	DEPRECIACÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO	VALOR LÍQUIDO
Em serviço:					
Reservatórios, Barragens e adutoras	3.184	2,85%	(1.923)	1.261	1.325
Terrenos	1	0,00%	-	1	1
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	3.416	3,69%	(823)	2.593	164
Máquinas e Equipamentos	5.519	4,59% e 6,54%	(2.379)	3.140	2.352
Veículos	923	6,43%	(370)	553	394
Móveis e Utensílios	326	10% e 6,43%	(85)	241	48
Subtotal	13.369	-	(5.580)	7.789	4.284
Em curso:					
Geração	2.825	0,00%	-	2.825	3.334
Administração Central	72	0,00%	-	72	3.730
Subtotal	2.897	0,00%	-	2.897	7.064
TOTAL	16.266	-	(5.580)	10.686	11.348

Movimentação:

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA			
	Saldos em 31/12/2016	Adições	Depreciação	Saldos em 31/12/2017
Imobilizado em Serviço - Geração	-	-	-	-
Imobilizado em Serviço - Administração Central	4	41	(3)	42
Total em Serviço	4	41	(3)	42
Total do Imobilizado	4	41	(3)	42

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO						Saldos em 31/12/2017
	Saldos em 31/12/2016	Adições	Baixas	Unitização	Outros	Depreciação	
Imobilizado em Serviço - Geração	1.350	-	(4)	-	-	(68)	1.278
Imobilizado em Serviço - Administração Central	2.934	41	-	4.700	(258)	(906)	6.511
Total em Serviço	4.284	41	(4)	4.700	(258)	(974)	7.789
Imobilizado em Curso - Geração	3.334	206	(716)	-	1	-	2.825
Imobilizado em Curso - Administração Central	3.730	1.354	(122)	(4.700)	(190)	-	72
Total em Curso	7.064	1.560	(838)	(4.700)	(189)	-	2.897
Total do Imobilizado	11.348	1.601	(842)	-	(447)	(974)	10.686

a. Vinculação do Imobilizado - de acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº. 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão e distribuição de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária, sem prévia e expressa autorização do órgão regulador. A Resolução Normativa ANEEL nº 691/2015 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para a desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para a aplicação na concessão.

b. Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica – São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, Estados, Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica. O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo órgão regulador para concessões de geração e transmissão, cuja quitação ocorrerá no final da concessão.

c. Imobilizado em Curso – Referem-se, substancialmente, às obras de expansão em andamento do sistema de geração e transmissão.

13. Ativo intangível

O saldo consolidado em 31 de dezembro de 2017 diz respeito aos direitos de servidão de passagem e utilização do bem público, cuja vida útil é indefinida e softwares de vida útil definida, com prazos de amortização de 20% ao ano.

ATIVO INTANGÍVEL	CONSOLIDADO	
	31/12/2017	31/12/2016
Ativo Intangível em Serviço	7.107	432
TOTAL	7.107	432

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação do Ativo Intangível no período:

DESCRIÇÃO	Saldos em 31/12/2016	CONSOLIDADO			Saldos em 31/12/2017
		Adições / Unitizações	Baixas	Amortização	
Intangível	432	7.139	(1)	(463)	7.107
Total do Intangível	432	7.139	(1)	(463)	7.107

14. Adiantamentos para futuro aumento de capital

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	1.252.877	1.422.416	1.252.877	1.422.416
TOTAL	1.252.877	1.422.416	1.252.877	1.422.416

Refere-se aos seguintes Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital efetuados pelo acionista majoritário Estado de Goiás no ano de 2011: 1) R\$ 8.725, para atendimento às despesas administrativas e operacionais, e para o pagamento das obrigações com a controlada Celg GT, decorrentes do contrato de mútuo efetuado para suprir a operação da Celgpar; e 2) R\$ 100.000, objeto do Protocolo de Intenções assinado pelo Estado de Goiás e Eletrobrás, com vistas ao saneamento econômico-financeiro da CELG D. O saldo anterior de R\$ 3.275 também foi adiantado pelo acionista majoritário com vistas à manutenção da operação da Celgpar. No ano de 2012 foi adiantado pelo acionista majoritário o valor de R\$ 1.270.111, objeto da 2ª parcela do empréstimo captado pelo Governo do Estado de Goiás em decorrência do acordo com a Eletrobras e União. Esse valor foi posteriormente alocado pela Celgpar na Celg D, tendo sido promovido o aumento de capital nessa empresa em vinte e cinco de setembro de 2012, conforme deliberações da 220ª Assembleia Geral Extraordinária, mediante a emissão de 106.642.366 (cento e seis milhões, seiscentas e quarenta e duas mil, trezentas e sessenta e seis ações ordinárias). Além desse montante, no ano de 2012 foi adiantado o valor de R\$ 2.000 para atendimento às despesas administrativas e operacionais da Celgpar. De 31 de dezembro de 2013 até 31 de dezembro de 2017 foi efetuado Adiantamento para Futuro Aumento de Capital pelo Estado na Celgpar no montante de R\$ 38.305. Observou-se, por sua vez, que do montante adiantado pelo Estado na Celgpar, R\$ 169.539 foram repassados ao acionista majoritário no exercício social de 2017, objeto de quitação parcial de assunção de dívida efetuado por este a favor da Celgpar. Apesar disto, por meio do Ofício nº 646, de 1º de novembro de 2017, o Estado ratificou a decisão de promover a capitalização dos créditos remanescentes desta rubrica, por meio do cumprimento das formalidades legais/societárias de processo de chamamento para aumento de capital, a ser promovido pela Celgpar.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Empréstimos e financiamentos

São detalhados os valores devidos por instituição financeira, moeda contratada, bem como os indexadores dos empréstimos e financiamentos e a distribuição dos valores devidos no passivo não circulante.

As principais informações a respeito dos empréstimos e financiamentos estão a seguir demonstradas:

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO			
	31/12/2017		31/12/2016	
	PRINCIPAL		PRINCIPAL	
EM MOEDA NACIONAL	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
Eletrobras (b)	1.553	-	2.329	1.553
Eletra (a)	1.362	2.125	1.152	3.305
Total em Moeda Nacional	2.915	2.125	3.481	4.858

A descrição das características dos principais empréstimos e financiamentos é a seguinte:

- a. ELETRA - refere-se à parcela do saldo devedor junto à ELETRA dos empregados da Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. - Celg GT, sendo o saldo atualizado com base nas variações acumuladas do INPC e juros de 6% a.a.
- b. Refere-se ao Contrato ECF-2805/2010 formalizado entre a Eletrobrás e a Controlada Celg GT, no valor de até R\$ 15.551, para cobertura dos custos de ampliação da SE Palmeiras – GO. Esse saldo é atualizado a juros de 5% a.a. incidindo, ainda, taxas de administração de 2% a.a. e comissão de reserva de 1% a.a.;

A composição do saldo devedor em Moeda Nacional, por indexador é a seguinte:

CONSOLIDADO - 31/12/2017				CONSOLIDADO - 31/12/2016			
INDEXADOR	Eletrobras	Eletra	Total	INDEXADOR	Eletrobras	Eletra	Total
SEM INDEXADOR	1.553	-	1.553	SEM INDEXADOR	3.882	-	3.882
INPC	-	3.487	3.487	INPC	-	4.457	4.457
Total	1.553	3.487	5.040	Total	3.882	4.457	8.339

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os valores de pagamentos futuros estão distribuídos da seguinte forma:

CONSOLIDADO - 31/12/2017			
Ano	Eletra	Eletrobras/ Outras Instituições	Total
2018	1.362	1.553	2.915
2019	1.206	-	1.206
2020	919	-	919
Total	3.487	1.553	5.040

16. Fornecedores

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
	CIRCULANTE	CIRCULANTE	CIRCULANTE	CIRCULANTE
Fornecedores de Energia Elétrica				
- Outros	-	-	237	-
- Encargos de Uso da Rede Elétrica	-	-	53	51
- Imobilizações em Curso	-	-	5.909	5.286
TOTAL	-	-	6.199	5.337
Materiais e Serviços	28	27	813	872
TOTAL	28	27	7.012	6.209

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Tributos e contribuições sociais

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
	CIRCULANTE	CIRCULANTE	CIRCULANTE	CIRCULANTE
INSS A PAGAR	57	44	726	582
INSS SOBRE FÉRIAS E 13º SALÁRIO	-	-	804	708
INSS - RETIDO DE TERCEIROS	-	-	291	88
PIS - CORRENTE	-	-	268	83
PIS - RETIDO NA FONTE	-	1	3	4
COFINS - CORRENTE	-	-	1.233	392
COFINS - RETIDO NA FONTE	1	1	15	14
IMPOSTO DE RENDA - CORRENTE	1.240	215.264	2.920	215.264
IMPOSTO DE RENDA - RETIDO NA FONTE	29	23	97	34
CONTRIBUICAO SOCIAL - CORRENTE	448	77.497	1.085	77.497
FONTE	-	-	44	5
IOF	-	123	-	123
ISS - RETIDO DE TERCEIROS	-	-	391	72
FGTS A PAGAR	12	9	306	250
FGTS SOBRE FÉRIAS E 13º SALÁRIO	-	-	223	194
OUTROS	-	-	55	-
TOTAL	1.787	292.962	8.461	295.310

18. Obrigações estimadas

A composição da conta obrigações estimadas é a seguinte:

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
	2017	2016	2017	2016
Folha de Pagamento	219	78	3.413	2.829
TOTAL CIRCULANTE	219	78	3.413	2.829

- a) Referem-se às estimativas das obrigações de férias, 13º salário e encargos sobre a folha de pagamento dos empregados da Celgpar e Controlada Celg GT.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Encargos setoriais

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO			
	31/12/2017		31/12/2016	
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
Taxa de Fiscalização – ANEEL (a)	44	-	16	-
Compensação Financeira p/Utiliz.Rec.Hídricos	46	-	58	-
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	2.078	-	1.844	-
Pesquisa & Desenvolvimento - P&D (b)	148	2.851	43	2.316
Programa de Inc. Fontes Alternativas - PROINFA	196	-	209	-
TOTAL	2.512	2.851	2.170	2.316

- (a) A Taxa de Fiscalização – Aneel foi instituída pela Lei nº. 9.247/1996 e regulamentada pelo Decreto nº. 2.240/1997. É uma receita destinada à Aneel e cobrada de todos os concessionários, permissionários ou autorizados, representada por 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do benefício econômico anual auferido;
- (b) Pesquisa & Desenvolvimento e Programa de Eficiência Energética – PEE: de acordo com a lei, as concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica estão obrigadas a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, 0,75% de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico e, no mínimo, 0,25% de sua receita operacional líquida em programas de eficiência energética.

20. Provisões para contingências e com benefícios pós-emprego

20.a – Provisões para contingências:

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA							
	31/12/2017				31/12/2016			
	VALOR DA PROVISÃO				VALOR DA PROVISÃO			
	No Exercício	Provisão	Depósitos		No Exercício	Provisão	Depósitos	
	Baixa	REF.	Acumulada	Judiciais	Baixa	Provisão	Acumulada	Judiciais
NÃO CIRCULANTE								
Trabalhistas								
Diversos	-	B.1	20	-	-	-	20	1
Total Trabalhistas	-	-	20	-	-	-	20	1
DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO							
	31/12/2017				31/12/2016			
	VALOR DA PROVISÃO				VALOR DA PROVISÃO			
	No Exercício	Provisão	Depósitos		No Exercício	Provisão	Depósitos	
	Baixa	REF.	Acumulada	Judiciais	Baixa	Provisão	Acumulada	Judiciais
NÃO CIRCULANTE								
Trabalhistas / Fiscais								
Diversos	(1.380)	B.1	3.540	1.182	-	-	5.697	333
Total Trabalhistas	(1.380)	3.540	7.857	1.182	-	-	5.697	333

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Os critérios e divulgação das Contingências Passivas consubstanciaram-se na NBC TG 25 – R1 (Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes).

a. Contingências Passivas

As Contingências da Controladora dizem respeito a processos de natureza trabalhista, onde a mesma figura como segunda ou terceira reclamada sendo, em todos os processos, estimada a probabilidade de perda remota pelo corpo jurídico interno da Companhia.

A Controlada Celg Geração e Transmissão – CELG GT responde por processos judiciais de natureza trabalhista e fiscal, sendo efetuada a provisão suficiente para cobrir tais perdas no montante de R\$ 7.837.

b. Contingências Ativas

Inexistem contingências ativas classificadas com possibilidade de ganhos praticamente certos, inclusive no âmbito tributário.

c. Prescrição Fiscal

Os lançamentos dos principais tributos, pendentes de homologação futura pela Fazenda Nacional, sujeitam a extinção completa da obrigação fiscal ao transcurso do prazo de prescrição de cinco anos contados da data do lançamento.

20.b – Provisões com benefícios pós-emprego (Ver nota 31 – Plano de aposentadoria):

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
	NÃO CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
Provisões com Benefícios Pós-Emprego	273	583	1.055	653
TOTAL	273	583	1.055	653

21. Outros credores, obrigações sociais e trabalhistas e tributos diferidos

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO			
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017		31/12/2016	
	CIRCULANTE	CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
Folha de Pagamento - Incluindo PDV	-	-	91	-	245	-
Fundação Celg de Seguros e Previdência - Eletra	11	7	214	-	168	-
Empréstimos Consignados	3	3	488	-	429	-
Tributos Retidos na Fonte	-	-	816	-	668	-
Tributos Diferidos (a)	-	-	-	141.175	-	118.975
Outros	14	4	291	-	207	-
TOTAL	28	14	1.900	141.175	1.717	118.975

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a- Segue abaixo a composição dos Tributos Diferidos na posição patrimonial consolidada.

Rubrica	CONSOLIDADO	
	31/12/2017	31/12/2016
Imposto de renda diferido		
Diferenças temporárias passivas	51	534
Diferenças temporárias passivas - Receita financeira da concessão	19.905	9.267
Diferenças temporárias passivas - Laudo RBSE/RPC	86.638	82.312
Diferenças temporárias ativas	(2.826)	(4.730)
	103.768	87.383
Contribuição social diferida		
Diferenças temporárias passivas	18	193
Diferenças temporárias passivas - Receita financeira da concessão	7.166	3.336
Diferenças temporárias passivas - Laudo RBSE/RPC	31.190	29.632
Diferenças temporárias ativas	(986)	(1.675)
	37.388	31.486
PIS diferido ¹		
Diferenças temporárias passivas	3	15
	3	15
COFINS diferida ¹		
Diferenças temporárias passivas	16	91
	16	91
	141.175	118.975

(1) Tributos sobre provisão de energia elétrica de curto prazo a ser liquidada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, e, sobre ajuste ao valor justo de títulos públicos (receitas financeiras).

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)

COMPOSIÇÃO EM:	CONTROLADORA (PASSIVO A DESCOBERTO)		
	31/12/2017	NO EXERCÍCIO	31/12/2016
Capital Realizado	973.764	-	973.764
Prejuízos Acumulados	(2.862.669)	-	(2.862.669)
(+) RESULTADO acumulado no Exercício	124.768	124.768	-
Total do Patrimônio Líquido	(1.764.137)	124.768	(1.888.905)
Outros Resultados Abrangentes	(12.123)	(402)	(11.721)
Total do Patrimônio Líquido	(1.776.260)	124.366	(1.900.626)

(a) As 32.774 ações ordinárias são escriturais e sem valor nominal;

(b) O valor do Capital Social Realizado da Celgpar, à época de sua constituição, consta do boletim de subscrição anexo à escritura pública de constituição originária de sociedades por ações, sob a denominação da então Companhia Goiás de Participações – Goiaspar. A subscrição foi efetuada levando-se em conta a totalidade do investimento detido pelo Estado de Goiás no capital social da então Companhia Energética de Goiás, atual Celg D, cujos valores nominais se vinculam à aplicação do percentual de participação direta na Celg D, à época correspondente a 98,3262% sob o total do Patrimônio Líquido avaliado, que montava em R\$ 987.296, perfazendo o total do investimento inicial em R\$ 970.770.

O valor patrimonial desse investimento serviu de suporte para a escrituração contábil do capital social inicial da Celgpar no valor de R\$ 970.770, correspondente ao total do Patrimônio Líquido na data de sua constituição, não evidenciando, portanto, a abertura das respectivas rubricas de reservas de reavaliação presentes no Patrimônio Líquido da Celg D. Desta forma, a realização das respectivas reservas de reavaliação da Celg D, ocorridas nos exercícios sociais seguintes e, especificamente no exercício social de 2010, onde ocorreu a sua realização parcial contra o ativo imobilizado reavaliado, provocando a diminuição do seu Patrimônio Líquido e reflexo direto no valor patrimonial do investimento, provocou o efeito direto contra prejuízos acumulados da Celgpar. Este efeito não provocou qualquer impacto nos resultados dos exercícios subsequentes à constituição da Companhia;

(c) A Administração da Celgpar, com vistas ao saneamento parcial da situação de Passivo a Descoberto da Companhia, pretende capitalizar, nos próximos exercícios sociais, os Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital efetuados pelo Estado de Goiás, que totalizaram em 31 de dezembro de 2017 o montante de R\$ 1.252.877 (Ver NE 14). As outras medidas cabíveis estarão vinculadas aos resultados futuros da Controlada Celg GT.

(d) Os outros resultados abrangentes se referem ao seguinte: 1) Reflexo dos outros resultados abrangentes reconhecidos diretamente contra o Patrimônio Líquido da Celg D, concernente ao passivo atuarial vinculado ao Plano de Assistência de Saúde mantido pela mesma, no montante de R\$ 11.068; 2) Passivo atuarial vinculado ao Plano de Previdência patrocinado pela Celgpar, decorrente de avaliação atuarial efetuada por atuário externo, no montante de R\$ 273 (Ver Nota

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

31); e 3) Passivo atuarial vinculado ao Plano de Previdência patrocinado pela Controlada Celg GT, decorrente de avaliação atuarial efetuada por atuário externo, no montante de R\$ 782.

23. Receita de suprimento de curto prazo, receitas de construção, outras receitas e deduções da receita

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO	
	31/12/2017	31/12/2016
Suprimento (23.1)	4.021	3.736
Receita de Construção (23.2) (23.3.1)	99.272	32.056
Outras Receitas Operacionais (23.3.1)	168.562	429.962
(-) Deduções da Receita (23.4)	(22.534)	(24.149)
TOTAL - RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	249.321	441.605

23.1 A composição da receita de suprimento de curto prazo é a seguinte:

CLASSES	CONSOLIDADO	
	R\$mil	
	31/12/2017	31/12/2016
Suprimento	4.021	3.736
TOTAL GERAL	4.021	3.736

23.2 A receita de construção foi reconhecida pelo mesmo montante dos custos de construção pela controlada Celg GT. Tais valores são de obrigatório reconhecimento pela ITG 01 (Contratos de Concessão) e correspondem ao custo de construção das obras da concessão de geração e transmissão de energia elétrica, não existindo margem de lucro. Desta forma, a receita de construção é igual ao custo de construção. No encerramento das Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 as receitas consolidadas totalizaram R\$ 99.272 e R\$ 32.056 respectivamente.

23.3 Outras Receitas:

23.3.1 – Outras Receitas - Componentes da Receita Bruta:

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO	
	R\$mil	
	31/12/2017	31/12/2016
Serviços de Operação e Manutenção (a)	57.497	56.147
Serviços de Construção	99.272	32.056
Financeira da Concessão	73.786	44.567
Receita Laudo RBSE/RPC (b)	37.279	329.248
TOTAL	267.834	462.018

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) Remuneração destinada pelo poder concedente para fazer face aos custos de operação e manutenção dos ativos de geração e transmissão;
- (b) Ver Nota Explicativa nº 10, referente ao reconhecimento de ajuste a valor justo dos Ativos Financeiros da Concessão de Transmissão.

23.3.2 – Outras Receitas – Não Operacionais:

DESCRIÇÃO - OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
CUSTOS DE TRANSAÇÃO NÃO INCORRIDOS - ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTO PERMANENTE	60	-	60	-
ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTO PERMANENTE-49% DAS AÇÕES DA CELG D	-	1.104.359	-	1.104.359
REVERSÃO PROVISÃO PARA DESVALORIZAÇÃO DE INVESTIMENTO PERMANENTE - CELG D	-	358.620	-	358.620
VENDA DA FOLHA DE PAGAMENTO DA CELGP - CAIXA	-	1.720	-	1.720
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	-	-	853	-
TOTAL - OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	60	1.464.699	913	1.464.699

23.4 Deduções da Receita:

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO	
	31/12/2017	31/12/2016
PIS	1.778	1.168
COFINS	8.191	5.384
Quota para reserva global de reversão	-	423
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	354	162
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos-CFURH	262	329
Pesquisa e desenvolvimento de eficiência energética	747	391
Conta de desenvolvimento energético	8.586	13.570
Outros encargos - PROINFA	2.616	2.722
TOTAL	22.534	24.149

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Custos, despesas operacionais e outras despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais de caráter geral e administrativo, especificados na Demonstração do Resultado do Exercício, possuem as seguintes composições por natureza de gastos.

COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS NATUREZA DE GASTOS	CONTROLADORA			
	DESPESAS		TOTAL	
	GERAIS E ADMINISTRATIVAS			
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Pessoal e Administradores	3.403	1.927	3.403	1.927
Material	3	-	3	-
Serviços de Terceiros	373	398	373	398
Depreciação/Amortização	3	2	3	2
Provisão/Reversão para Contingências	-	20	-	20
Tributos	284	147	284	147
Outras	224	165	224	165
TOTAL	4.290	2.659	4.290	2.659

COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS NATUREZA DE GASTOS	CONSOLIDADO					
	CUSTO DO SERVIÇO		DESPESAS		TOTAL	
	OPERAÇÃO		GERAIS E ADMINISTRATIVAS			
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Energia Elétrica Comprada para Revenda	110	-	-	-	110	-
Encargos de Transmissão, Conexão e Distribuição	554	957	-	-	554	957
Pessoal e Administradores	16.087	18.594	24.777	20.406	40.864	39.000
Material	151	109	739	785	890	894
Serviços de Terceiros	5.549	4.624	4.045	4.030	9.594	8.654
Depreciação/Amortização	68	817	906	1.241	974	2.058
Amortização - Ativo Financeiro	239	-	224	46	463	46
Provisão/Reversão p/Crédito Liq. Duvidosa	588	42	-	-	588	42
Provisão/Reversão para Contingências	-	-	2.651	4.425	2.651	4.425
Provisão/Reversão para Redução ao Valor Recuperável	-	5.986	-	-	-	5.986
Tributos	13	470	1.007	338	1.020	808
Recuperação de Custos/Despesas	(298)	(252)	(14)	(81)	(312)	(333)
Custos de Construção	99.272	32.056	-	-	99.272	32.056
Outras	282	597	1.640	1.090	1.922	1.687
TOTAL	122.615	64.000	35.975	32.280	158.590	96.280

25. Seguros

A Companhia e sua Controlada, em 31 de dezembro de 2017, não possuíam apólice de seguro de seus bens e instalações. Assim sendo, e tomando por base a obrigatoriedade de contratação de seguro patrimonial prevista nos respectivos Contratos de Concessão, evidencia-se abaixo a posição das tratativas acerca deste assunto:

- 1) Atividades de Geração e Transmissão: a Administração da Controlada Celg GT efetuou, ao longo do exercício de 2014, uma pré-análise dos respectivos bens e instalações a serem segurados, tomando por base a previsibilidade desta avaliação nos respectivos Contratos de Concessão. Não obstante a isto, e considerando as tratativas vinculadas ao laudo elaborado por conta da definição do Valor Novo de Reposição dos Ativos de Transmissão não indenizados, a Administração da Controlada optou por avançar com estas definições ao longo dos exercícios de 2015, 2016, e 2017 no sentido de se contemplar os resultados conciliados desta avaliação depurando, por sua vez, possíveis sobras contábeis advindas deste processo. Esta definição avançou para o exercício de 2018, conforme tratativas já implementadas pela Administração, no sentido de se obter cotações condizentes com a realidade de mercado e, por sua vez, se determinar o rol de ativos elétricos a serem segurados.

26. Encargos financeiros e efeitos inflacionários

Não houve transferência de encargos financeiros e efeitos inflacionários para o ativo imobilizado em curso por não existir, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, capital de terceiros vinculado a obras em andamento.

27. Remuneração dos administradores e empregados

A remuneração de empregados e dirigentes da Celgpar e de sua Controlada observam os critérios estabelecidos no Plano de Cargos e Remuneração - PCR. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a maior e menor remuneração atribuída a empregados ocupantes de cargos permanentes, relativas ao mês de dezembro/2017, foram R\$ 40 e R\$ 4, respectivamente. Aos membros de diretoria e assessoria da Celgpar, a maior e menor remuneração corresponde a R\$ 40 e R\$ 4, não sendo cumulativa para os diretores da Controladora comuns à Controlada.

Remuneração do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017:

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGPAR
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA			
	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO FISCAL	DIRETORIA ESTATUTÁRIA (1)	TOTAL
Número de Membros	9	5	3	17
Remuneração Fixa até o final do Exercício	468	260	1.560	2.288
Salário ou pró-labore	468	260	1.560	2.288
Benefícios diretos e indiretos	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração por participação em Comitês	n/a	n/a	n/a	n/a
Outros	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração Variável	n/a	n/a	n/a	n/a
Bônus	n/a	n/a	n/a	n/a
Participação nos Resultados	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração por Participação em Reuniões	n/a	n/a	n/a	n/a
Comissões	n/a	n/a	n/a	n/a
Outros	n/a	n/a	n/a	n/a
Benefícios pós-emprego	n/a	n/a	n/a	n/a
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração baseada em ações	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor Total da Remuneração, por órgão	468	260	1.560	2.288

n/a = não aplicável

(1) Dois membros da Diretoria foram remunerados pela Controlada Celg GT e um pela Celgpar, em cumprimento ao princípio da não cumulatividade das remunerações, quando do exercício comum das gestões pelos mesmos administradores.

Remuneração do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017:

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		
	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO FISCAL	DIRETORIA ESTATUTÁRIA (1)
Número de Membros	9	5	3
Valor da maior remuneração individual	4	4	40
Valor da menor remuneração individual	4	4	40
Valor médio da remuneração individual	4	4	40

n/a = não aplicável

(1) Dois membros da Diretoria foram remunerados pela Controlada Celg GT e um pela Celgpar, em cumprimento ao princípio da não cumulatividade das remunerações, quando do exercício comum das gestões pelos mesmos administradores.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Resultado financeiro

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	01/01/2017 - 31/12/2017	01/01/2016 - 31/12/2016	01/01/2017 - 31/12/2017	01/01/2016 - 31/12/2016
Receitas				
Variações Monetárias	-	-	446	582
Rendas	67.128	8.678	69.823	20.027
Outras	-	1	1	358
Total das Receitas	67.128	8.679	70.270	20.967
Despesas				
Variações Monetárias	-	-	(242)	(622)
Encargos de Dívidas	(207)	(83.894)	(1.708)	(85.142)
Outras - inclui IOF aplicações financeiras	(7.388)	(1)	(7.430)	(43)
Total das Despesas	(7.595)	(83.895)	(9.380)	(85.807)
TOTAL GERAL - RESULTADO FINANCEIRO	59.533	(75.216)	60.890	(64.840)

29. Imposto de renda e contribuição social

Rubrica	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Imposto de renda e contribuição social correntes				
Contribuição social corrente	4.968	77.497	7.395	77.551
Imposto de renda corrente	13.776	215.264	20.598	215.398
	18.744	292.761	27.993	292.949
Imposto de renda e contribuição social diferidos				
Contribuição social diferida	-	-	5.902	31.486
Imposto de renda diferido	-	-	16.385	87.383
	-	-	22.287	118.869
	18.744	292.761	50.280	411.818

As despesas de Imposto de Renda e de Contribuição Social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem o imposto corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nos quais já são reconhecidos os valores líquidos desses efeitos fiscais.

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado consolidado está demonstrada abaixo:

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Rubrica	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Resultado líquido antes dos impostos	143.512	1.736.787	175.048	1.855.844
Tributos sobre o lucro a alíquota nominal de 34%	48.794	590.508	89.507	713.432
Exclusões ao lucro contábil - efeito fiscal da equivalência patrimonial na Controlada Celg GT - à razão de 34%	(29.946)	(43.570)	(29.946)	(43.570)
Diferenças permanentes	-	-	(7.486)	(717)
Diferenças temporárias	-	-	(22.287)	(121.904)
Prejuízos fiscais e base de cálculo negativa	(104)	(254.177)	(1.771)	(254.268)
Diferencial de alíquota de imposto de renda	-	-	(24)	(24)
Imposto de renda e contribuição social correntes	18.744	292.761	27.993	292.949
Diferenças temporárias	-	-	22.287	121.904
Diferenças temporárias de exercícios anteriores	-	-	-	(3.035)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	22.287	118.869
Tributos sobre o lucro	18.744	292.761	50.280	411.818
Alíquota fiscal efetiva dos tributos sobre o lucro	13,1%	16,9%	28,7%	22,2%

30. Resultado por ação

O resultado por ação básico e diluído foi calculado com base no resultado atribuível aos acionistas controladores da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e a respectiva quantidade média de ações ordinárias e preferenciais em circulação neste período, comparativamente com o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 conforme quadro abaixo:

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA	
	31/12/2017	31/12/2016
Lucro Líquido do Exercício Atribuível aos Acionistas:		
Ações Ordinárias	124.768	1.444.026
Total	124.768	1.444.026
Média Ponderada das Ações Ordinárias	32.774	32.774
Total	32.774	32.774
Lucro Básico e Diluído por Ação Ordinária	3,807	44,060

31. Instrumentos financeiros e riscos operacionais

Em atendimento à Deliberação CVM nº 763, de 22 de dezembro de 2016, que aprovou a NBC TG 48 (Instrumentos Financeiros); a Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou a NBC TG 39 – R4 (Instrumentos Financeiros: Apresentação); a Deliberação CVM 684, de 30 de agosto de 2012, que aprovou a NBC TG 40 – R2 (Instrumentos Financeiros: Evidenciação); e a Instrução CVM 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia e sua

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Controlada efetuaram a avaliação de seus instrumentos financeiros, sendo eles: a) Numerário disponível (equivalente ao valor contábil); b) Contas a receber (sujeitas a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável; e c) Empréstimos e financiamentos (medidos a valor justo e contabilizados por valores contratuais).

a. Considerações sobre os riscos

Os negócios da Controlada Celg GT compreendem, principalmente, a geração e transmissão de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, cujas atividades e tarifas são reguladas pela ANEEL. Os principais fatores de risco de mercado que afetam seus negócios são os seguintes:

a.1 Risco de taxa de juros:

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Controlada vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos. Os empréstimos e financiamentos, quando aplicáveis, e vinculados a projetos específicos de infraestrutura básica, obtidos em moeda estrangeira junto a instituições internacionais de desenvolvimento possuem taxas menores, compatíveis com tais operações, não disponíveis no mercado financeiro nacional.

a.2 Risco de crédito:

O risco de crédito surge da possibilidade de a Controlada vir a incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados a seus clientes. Esse risco está intimamente relacionado com fatores internos e externos e para reduzir esse tipo de risco a Companhia atua na gerência das contas a receber implementando políticas específicas de cobrança. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face a eventuais perdas na realização desses.

a.3 Risco quanto à escassez de energia:

Trata-se de risco de déficit de energia, decorrente de condições climáticas desfavoráveis quanto à ocorrência de chuvas, dado que a matriz energética brasileira está baseada em fontes hídricas. Anos de estiagem prolongada influenciam o volume de água em estoque nos reservatórios das usinas que, em níveis críticos, elevam o risco de desabastecimento de energia. Neste cenário, eventuais impactos no consumo de energia elétrica podem ocasionar perdas em razão da redução de receitas para a Controlada Celg GT. Verifica-se que as principais bacias hidrográficas do país, onde estão localizados os reservatórios das regiões Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste, tem enfrentado situações climáticas adversas nos últimos anos, levando os órgãos responsáveis pelo setor a adotarem medidas de otimização dos recursos hídricos para garantir o pleno atendimento ao sistema elétrico. Com base nestas perspectivas, e em relação ao risco de curto prazo, o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico – CMSE tem apontado equilíbrio entre a demanda e a oferta de energia, mantendo os índices dentro da margem de segurança. Por outro lado, esse risco é calculado mensalmente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS que, segundo informações do plano mensal de operação divulgado no site www.ons.org.br, não prevê um programa de racionamento para os próximos dois anos.

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

32. Transações com partes relacionadas

As principais operações realizadas com a Controlada Celg Geração e Transmissão S.A. - Celg GT, e o Acionista Controlador Estado de Goiás, podem ser resumidas como a seguir demonstrado:

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Ativo Circulante				
Celg Geração e Transmissão S.A. - CELG GT (2)	1.868	1.789	-	-
Celg Geração e Transmissão S.A. - CELG GT (3)	20.950	57.952	-	-
TOTAL:	22.818	59.741	-	-
Ativo Não Circulante				
Celg Geração e Transmissão S.A. - CELG GT (2)	3.211	5.218	-	-
TOTAL DO ATIVO:	3.211	5.218	-	-
Passivo Não Circulante				
Estado de Goiás (1)	1.533.588	2.157.785	1.533.588	2.157.785
TOTAL DO PASSIVO:	1.533.588	2.157.785	1.533.588	2.157.785

- (1) Refere-se ao Contrato de Assunção de Dívida efetuado pelo Estado de Goiás com a Caixa Econômica Federal, referente ao Contrato de Financiamento nº. 0412.113-76/2014;
(2) Contrato de Mútuo Financeiro firmado entre a Celgpar e a Celg GT, assinado em 28 de dezembro de 2016;
(3) Dividendos mínimos obrigatórios distribuídos pela Celg GT, em 31.12.2016 e 31.12.2017, respectivamente.

33. Plano de aposentadoria

A Celgpar é patrocinadora da FUNDAÇÃO CELG DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA - ELETRA, pessoa jurídica sem fins lucrativos, que tem por finalidade principal a complementação dos benefícios concedidos pela previdência oficial aos empregados da companhia. A seguir, apresentam-se as principais informações quanto aos benefícios aos associados e seus reflexos na patrocinadora:

a) Definição dos tipos de benefícios

A Celgpar, através da ELETRA, oferece aos seus empregados o plano denominado Plano Misto de Benefícios - CELGPREV, instituído a partir de setembro de 2000, na característica de Contribuição Definida - CD, durante o período de acumulação e de Benefício Definido, na fase de pagamento.

A Celgpar tem responsabilidade, no Plano Misto, e na fase de acumulação, variável em função das quotas de recolhimentos dos associados, todavia limitada a um máximo de 20% das remunerações mensais. Na fase de pagamento, após a transferência da reserva acumulada em conta coletiva para o beneficiário da renda vitalícia, a Companhia assume a responsabilidade apenas pela variação negativa das hipóteses de sobrevivência.

b) Descrição do Plano Misto de Benefícios - CELGPREV

b1) Características

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O plano prevê a acumulação de reservas individualizadas, por recolhimento mensal de quotas pelos ativos e pela patrocinadora, com base compulsória de 2% sobre os salários, acrescidas de contribuições facultativas definidas pelos participantes em que a patrocinadora acompanha até o limite de 20% dos salários. Há ainda, contribuições extraordinárias do participante sem contrapartida da patrocinadora. O saldo de quotas acumulado na data de concessão do benefício é transformado em renda vitalícia. Os aportes patronais são mantidos em conta coletiva até a data da concessão, quando se transformam em nominativos aos beneficiários.

Os benefícios do Plano são os seguintes:

BENEFICIO
Suplementação de Aposentadoria
Suplementação de Aposentadoria por Invalidez
Suplementação de Pensão
Suplementação de Abono Anual

c) Estatísticas dos participantes e assistidos do Plano CELGPREV

ESTATÍSTICAS	CONTROLADORA 31/12/2017
Participantes Ativos	4
Idade Média (anos)	52,2
Salário Médio (R\$)	6.835
Aposentados Válidos	1
Idade Média (anos)	59,2
Benefício Médio (R\$)	6.193

d) Custo do Patrocinador

Até o final do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o montante de contribuições da Celgpar para a ELETRA foi de R\$ 116.

e) Política adotada para reconhecimento de Perdas e Ganhos atuarias:

e1) De acordo com a Lei Complementar nº. 108, de 29 de maio de 2001, os resultados deficitários dos planos devem ser equacionados paritariamente entre as Patrocinadoras, os Participantes e os Assistidos, enquanto que os superávits são destinados à constituição de reserva de contingência.

e2) De acordo com a divulgação dos Resultados Atuariais, efetuado por empresa de consultoria independente, com base na NBC TG 33 – R1 (Benefícios a Empregados), o Plano Celgprev apresentou montante para Valor da Obrigação Atuarial do Plano, comparativamente aos resultados de 31/12/2016. Dessa forma foi efetuado o reconhecimento de passivo atuarial no valor de R\$ 273, contra resultados abrangentes, à luz da NBC TG 33 – R1 (Benefícios a Empregados).

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

34. Outras informações

a. Conciliação entre o Lucro Líquido e o Caixa Líquido Gerado/Consumido nas Atividades Operacionais

Conforme as orientações do item 20A da NBC TG 03 – R2 (Demonstração dos Fluxos de Caixa), a conciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa das atividades operacionais deve ser fornecida, caso a entidade utilize o Método Direto para apurar o fluxo líquido das atividades operacionais. Abaixo a referida conciliação:

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	124.768	1.444.026	124.768	1.444.026
MAIS	210	83.916	129.612	257.188
Depreciação	3	2	1.437	2.058
Custo da Construção	-	-	99.272	32.056
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	100	42
Outras Despesas Financeiras - Variações Monetárias	207	83.894	450	84.380
Provisão para Redução ao Valor Recuperável	-	-	-	5.986
Diferimento de Tributos	-	-	22.292	118.952
Provisão/Reversão de energia elétrica de curto prazo-CCEE	-	-	-	292
MENOS	(155.337)	(1.821.620)	(300.141)	(1.998.797)
Ganho de Equivalência Patrimonial	(88.209)	(349.963)	(22.514)	(118.784)
Receita da Construção	-	-	(99.272)	(32.056)
Outras Receitas Financeiras - Variações Monetárias	(67.128)	(8.678)	(67.128)	(10.492)
Reversão da Desvalorização de Participações Societárias Permanentes	-	(358.620)	-	(358.620)
Ganhos em Alienação de Participações Societárias	-	(1.104.359)	-	(1.104.359)
Receita Financeira da Concessão	-	-	(73.786)	(44.567)
Receita operacional - Laudo RBSE/RPC	-	-	(37.279)	(329.248)
Diferimento de Tributos	-	-	-	(27)
Outros Custos e Despesas e Provisões/Reversões	-	-	(162)	(644)
AJUSTES POR VARIAÇÃO NO CAPITAL DE GIRO LÍQUIDO	(233.824)	291.211	(198.593)	300.242
Contas a receber	-	-	29.533	10.380
Créditos fiscais	-	-	5.765	(298)
Outros devedores/Dividendos	57.952	17	57.459	(43)
Estoques	-	-	(938)	118
Despesas pagas antecipadamente	-	-	43	(297)
Fornecedores	1	5	(58)	284
Obrigações Sociais e Trabalhistas	-	(6)	(2.583)	662
Tributos e contribuições sociais	(291.175)	292.919	(291.175)	292.919
Obrigações estimadas	141	31	141	31
Encargos Setoriais	-	-	877	(487)
Benefício Pós-Emprego	-	-	42	13
Outros credores	14	(1.709)	(573)	(2.001)
Outras variações ativas e passivas	(757)	(46)	(757)	(46)
CAIXA LÍQUIDO GERADO(CONSUMIDO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(264.183)	(2.467)	(244.354)	2.659

COMPANHIA CELG DE PARTICIPAÇÕES - CELGP
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. Autorização para Apresentação das Demonstrações Financeiras

Eventos subsequentes ao período a que se referem essas Demonstrações Financeiras são eventos, favoráveis ou desfavoráveis, que ocorrem entre a data final do período a que se referem, ou seja, 31 de dezembro de 2017, e a data na qual é autorizada a emissão dessas Demonstrações.

As Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2017 da Celgpar tiveram sua emissão autorizada no âmbito da Diretoria em 26 de março de 2018, e foram apreciadas no âmbito dos Conselhos de Administração e Fiscal em 27 de março de 2018.

c. Continuidade Operacional

Objetivando estabelecer as condições de continuidade operacional da Companhia, a Administração da Celgpar pretende implementar as seguintes medidas nos próximos exercícios sociais:

- i. No saneamento parcial da situação de Passivo a Descoberto capitalizar, dada à condição de Companhia Aberta da Celgpar, os Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital efetuados pelo Estado de Goiás, que totalizaram em 31 de dezembro de 2017 o montante de R\$ 1.252.877 (Ver NE 14);
- ii. Manter, quando necessárias, as solicitações de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital, junto ao Estado de Goiás, em níveis condizentes com sua execução orçamentária, buscando garantir a situação de adimplência com fornecedores, governo e financiadores;
- iii. Estabelecer condições de gerenciamento e captura dos resultados futuros e fluxo de dividendos da Controlada Celg GT, a partir da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro das concessões de geração e transmissão.

d. Evento Subsequente – Capitalização de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital na Controlada Celg GT

Conforme Nota Explicativa nº 11, a Celgpar detinha consignado o montante de R\$ 52.000, como Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital – AFAC na Controlada Celg GT, em 31 de dezembro de 2017. Conforme deliberações no âmbito da 75ª Assembleia Geral Extraordinária de acionista da Celg GT, de 03 de janeiro de 2018, ocorreu a capitalização de R\$ 50.000 destes AFAC, sendo que a respectiva ata encontra-se em fase de registro na Junta Comercial do Estado de Goiás.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: José Fernando Navarrete Pena

Membros: José Fernando Navarrete Pena, José Taveira Rocha, Elie Issa El Chidiac, Luiz Antônio Faustino Maronezi, Flávio Lopes de Assis, Paulo Roberto Miguez Bastos da Silva, Celso Flores Pinto, Sérgio Augusto Inácio de Oliveira e Ruy Rocha de Macedo.

CONSELHO DE FISCAL

Presidente: Enio Pascoal

Membros: Enio Pascoal, Fernando Xavier da Silva, Rene Pompeo de Pina, Moacyr Augusto da Silva Salomão e Leonardo Michelsem Monteiro de Barros.

DIRETORIA

Braulio Afonso Moraes
Diretor-Presidente

CPF: 082.965.101-20

Humberto Tannus Júnior
Diretor Vice-Presidente e de relações
com Investidores
CPF: 167.058.231-00

Glória Edwiges Miranda Coelho
Diretora de Gestão Corporativa
CPF: 339.755.661-91

Eduardo José dos Santos
Contador – CRC-GO 13.496/O-8
CPF: 767.706.561-91